

**II SEMINÁRIO DA OISC/CPLP, DILI
COMEMORAÇÃO DO 15º ANIVERSÁRIO**

INTERVENÇÃO

DELEGADO

DO

TRIBUNAL DE CONTAS DE CABO VERDE

JOSÉ PEDRO DA COSTA DELGADO, JUIZ CONSELHEIRO DO

DILI, 29 DE JUNHO – 01 DE OUTUBRO DE 2011

Senhor Presidente do Parlamento Nacional, Excelência
Senhor Presidente do Tribunal de Recursos, Excelência
Senhor Presidente do Conselho Directivo da OISC/CPLP, Excelência
Senhores Delegados ao II Seminário da OISC/CPLP
Minhas Senhores e meus Senhores,

Introdução

É com a maior honra que em nome do Tribunal de Contas de Cabo Verde tenho o prazer de participar neste acto comemorativo do décimo quinto aniversário da nossa Organização das Instituições Supremas de Controlo das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, neste afável país do oriente, a longínquos quilómetros de distância do meu país.

A este marco se quis associar a realização de um seminário que traz temas importantes para o futuro das nossas instituições.

Antes de prosseguir, trago uma saudação calorosa do Tribunal de Contas de Cabo Verde e do seu presidente ao **Dr. Cláudio Ximenes**, nosso ilustre anfitrião, a que se acresce os nossos sinceros agradecimentos e gratidão pelo convite formulado.

Saúdo igualmente a todas as delegações presentes, com especial referência ao Senhor Presidente do Conselho Directivo da Organização das

Instituições Supremas de Controlo da CPLP, **Dr. José de Monte Cristo**, recentemente investido no cargo, e bem assim ao Senhor representante do Secretário Geral da nossa organização, Senhor Ministro Luciano Brandão.

Nesta ocasião quero partilhar com V. Excelências a nossa visão da cooperação do Tribunal de Contas de Cabo Verde, no quadro da nossa organização, e bem assim, das outras organizações de que é membro.

No quadro das Instituições Supremas de Controlo da CPLP, as relações de cooperação entre os nossos Tribunais têm sido exemplares, traduzindo-se nos Acordos de Cooperação existentes, nomeadamente, com os Tribunais de Contas de Portugal, Brasil, Angola, entre outros.

A aplicação dos mesmos tem permitido um conhecimento recíproco das nossas experiências, dos sucessos e insucessos. Por outro lado, com os intercâmbios desenvolvidos, tem sido possível conhecer e difundir as melhores práticas no combate ao esbanjamento, ao desperdício e outras formas de salvaguardar os recursos públicos, postos à disposição daqueles que têm a incumbência de os gerir.

Senhores Delegados

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Desta vivência e conhecimento da experiência dos outros, o Tribunal de Contas de Cabo Verde preparou o seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional 2007-2010 que conheceu até a presente uma aplicação satisfatória.

No mesmo se procurou definir uma visão concreta de promoção da excelência na gestão do património público, que contribua para uma boa governação do país.

Tal Plano foi ainda alicerçado no pressuposto de uma cooperação estreita entre os principais parceiros internos do Tribunal.

E é neste sentido que, no quadro, por exemplo, da emissão do Parecer da Conta Geral do Estado foi possível estabelecer uma relação de cooperação institucional com o Ministério das Finanças e o Parlamento Cabo-verdiano.

Nesta mesma esteira e, em relação aos seus jurisdicionados, o Tribunal de Contas de Cabo Verde tem desenvolvido várias acções de natureza pedagógica, isto com vista a que ele seja encarado como uma instituição parceira, credível eficiente e eficaz, buscando reais impactos ao nível da gestão financeira do país.

Numa altura em que está em preparação o nosso Plano Estratégico 2011 – 2014, temos como imperativo adequar a nossa instituição aos novos tempos, no cumprimento dos princípios defendidos pela INTOSA, dotá-la de uma nova Lei de Organização e Funcionamento, de forma a responder aos anseios da sociedade Cabo-verdiana e ao desenvolvimento acelerado do país.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Os tempos que vivemos são de desafios. Eles exigem que as nossas sociedades, que se quer livres e modernas, disponham de órgãos de controlo verdadeiramente independentes e reconhecidos pelos cidadãos, como guardiões dos dinheiros dos contribuintes, que devem ser utilizados de forma racional e de acordo com as necessidades e exigências que se impõem aos nossos países.

Temos o dever o a obrigação de não os defraudar.

Senhor Presidente da República, Excelência

Senhor Presidente do Tribunal de Recursos, Excelência

Senhor Presidente do Conselho Directivo da OISC/CPLP, Excelência

Senhores Delegados ao II Seminário da OISC/CPLP

Minhas Senhores e meus Senhores,

Gostaria, antes de terminar, de agradecer mais uma vez o convite que nos foi formulado e de transmitir da parte do Senhor Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Dr. José Carlos Delgado os votos de um óptimo e profícuo trabalho, com resultados que se desejam satisfatórios para todos e a bem da consolidação das relações de cooperação e amizade entre as nossas instituições.

Muito obrigado pela vossa atenção

